

EDITAL N.º 24/DAM/2015

PAULO JORGE CAMPOS VICENTE

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

aprovado pela Lei n 9.75/2013, do 12 do sotombro, a seu Bress de San Autarquias Locais,
aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seu Despacho n.º 438/2015, de 23 de setembro
- Vereadora a meio tempo, distribuição de funções e delegação de competências, cujo conteúdo se
passa a reproduzir:
Considerando que:
Na sequência de comunicação de ausência inferior a 30 dias (23 de setembro a 21 de outubro de 2015), apresentada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, operou-se o preenchimento de vagas em conformidade com o disposto no artigo 79.º, tendo o Presidente sido substituído pelo Vice-Presidente e dado entrada a cidadã imediatamente seguinte na lista, a Sr. Dr.º Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira;
O artigo 36.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina no âmbito da distribuição de funções que, o presidente da câmara municipal é coadjuvado pelos vereadores no exercício das suas funções, podendo delegar ou subdelegar competências nos mesmos;
Nos termos do artigo 57.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, cabe ao vice-presidente, para além de outras funções que lhe estejam distribuídas, a substituição do presidente nas suas faltas e impedimentos;1. Escolho, na qualidade de Vice-Presidente, e para vereadora a meio tempo, a Sr.º Dr.º Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira, com efeitos imediatos
28 de outubro, deixando as mesmas de integrar a minha área de responsabilidade direta:Área de Desenvolvimento Estratéaico
Turismo
Área de Relações Externas
Área de Desenvolvimento Social
Desporto;Saúde:
Saúde;Cultura;

Município da Marinha Grande (



Património Histórico e Cultural;
Juventude e Tempos Livres;
Terceira Idade
3. Face às responsabilidades agora adstritas, delego na Sr.º Vereadora Dr.º Cidália Ferreira, no
mbito das respetivas funções, e ao abrigo do artigo 36.º do RJAL, a competência para assinar ou
isar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou
rganismos públicos, prevista na alínea I) do n.º 1 do artigo 35.º do RJAL
Para efeitos de divulgação cumpra-se com o disposto no artigo 56.º do RJAL
Pacos do Município da Marinha Grande, vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze

O Vice-Presidente da Câmara,

Paulo Jorge Campos Vicente